**Legislação acerca da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH**

*Disponibilizado por Cássio Giuliani Carvalho (MME) em atendimento à solicitação da 10ª reunião do GAP*

1. Este texto tem como objetivo apresentar os principais dispositivos que tratam da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH). Para tanto, estão apresentados os principais marcos acerca do tema, bem como os atalhos por meio dos quais os leitores podem acessar os textos completos e atualizados da legislação citada.
2. A CFURH é prevista no art. 20, §1º, da Constituição Federal (<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>) e sua instituição ocorreu por meio da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989 (<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7990.htm>).
3. Atualmente, é o Decreto nº 3.739, de 31 de janeiro de 2001 (<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3739.htm>), que estabelece as diretrizes para o cálculo da CFURH por meio da Tarifa Atualizada de Referência (TAR).
4. A isenção de pagamento da CFURH para pequenas centrais hidrelétricas consta do art. 26, §4º, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996 (<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9427cons.htm>).
5. A determinação que, na hipótese de prorrogação da concessão, as pequenas centrais hidrelétricas devem pagar a CFURH está contida no art. 2º, §1ª-A, inciso II, da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12783.htm#art2>) .
6. A definição de que a apuração da CFURH será realizada sobre 7% da energia produzida pelas centrais hidrelétricas (percentual que até recentemente era estabelecido em 6,75%) está contida no art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998 (<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9648cons.htm#art17>..).
7. A distribuição do montante arrecadado a título de CFURH entre os diversos entes da federação está estabelecido no art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 março de 1990 (<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8001.htm#art1> ).
8. A destinação que recursos da CFURH devem ter é tratada no art. 8º da Lei nº 7.990, de 1989 (<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7990.htm>), bem como no art. 1º, §4º, da Lei nº 8.001. de 1990 (<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8001.htm#art1>).
9. O cálculo da TAR é realizado anualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a metodologia encontra-se descrita no Submódulo 6.6 dos seus Procedimentos de Regulação Tarifária (<http://www2.aneel.gov.br/cedoc/aren2016750_Proret_Submod_6_6_V1.pdf>). Para 2017, a Aneel estabeleceu a TAR em R$ 72,20/MWh por meio da Resolução Homologatória nº 2.177, de 29 de novembro de 2016 (<http://www2.aneel.gov.br/cedoc/reh20162177ti.pdf>).
10. Por fim, registro que todos os atalhos acima foram testados e estavam operantes em 8 de maio de 2017. De qualquer forma, as leis e os decretos mencionados podem ser encontrados por meio do Portal da Legislação da Presidência da República (<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>). Em relação aos atos da Aneel, ficam disponíveis na biblioteca virtual da Agência (<http://biblioteca.aneel.gov.br/index.html>).